

Plano de Recuperação Judicial
Alternativo apresentado pelos Credores da

Prosollo Fertilizantes Ltda. – em Recuperação Judicial



Maio/2024

Plano de Recuperação Judicial Alternativo a ser apresentado por deliberação

De 100% dos credores presentes na Assembleia Geral de Credores realizada em 23/04/2024, conforme Ata anexada ao Evento 485 dos autos de Recuperação Judicial n.º 5069427-81.2023.8.24.0023 em trâmite na Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca da Capital/SC.

Trata-se o presente documento de Proposta Alternativa ao Plano de Recuperação Judicial apresentado no Evento 219 pela Recuperanda PROSOLLO FERTILIZANTES LTDA. nos autos de Recuperação Judicial n.º 5069427-81.2023.8.24.0023, formulado e apresentado com fundamento na Clausula 9.2, que dispõe sobre a “Proposta de Pagamento dos Credores com Garantia Real e Quirografários”; na Cláusula 9.4, que dispõe sobre “Atualização Monetária e Juros”; na Cláusula 12.3, que dispõe sobre “Garantias Pessoais”; e na inclusão de cláusula para regulamentar o pagamento de créditos em moeda estrangeira. Esta Proposta altera e modifica apenas os termos e condições expressamente descritos nestes pontos, sendo certo que os demais termos, disposições e condições permanecerão inalterados, plenamente válidos e vigentes nos exatos termos em que foram apresentados ao Evento 219.

SUMÁRIO

1. Da Modificação ao PRJ Rejeitado	6
1.1. Proposta de pagamento dos credores com garantia real e quirografários.....	6
1.2. Atualização monetária e juros	6
1.3. Créditos em moeda estrangeira	7
1.4. Garantias pessoais	7
2. Considerações Finais	8

CONSIDERAÇÕES

O presente documento consiste em apresentar uma Proposta Alternativa pelos credores ao Plano de Recuperação Judicial ("PRJ Alternativo") apresentado no Evento 219 pela Recuperanda PROSOLLO FERTILIZANTES LTDA. nos autos de Recuperação Judicial n.º 5069427-81.2023.8.24.0023 em decorrência da deliberação na Assembleia Geral de Credores ocorrida em 23/04/2024, após a rejeição do referido PRJ.

Esclareça-se desde logo que o presente PRJ Alternativo altera de forma pontual e específica apenas o percentual do deságio e o prazo de pagamento estabelecidos na Cláusula 9.2, a taxa de juros prevista na Cláusula 9.4 e a liberação de garantias constante da Cláusula 12.3, além de incluir a Cláusula 9.5, que passará a dispor sobre o pagamento dos créditos em moeda estrangeira.

Com efeito, as demais condições e termos que não tenham sido expressamente alteradas por este PRJ Alternativo, permanecem hígidas e, portanto, plenamente válidas, vigentes e vinculantes aos demais credores.

Nesse sentido, e **CONSIDERANDO** que:

- a) Em 13/10/2023 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial primitivo pela Recuperanda ("PRJ Rejeitado"), acostado ao Evento 219 dos autos de Recuperação Judicial n.º 5069427-81.2023.8.24.0023, em trâmite perante a Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca da Capital/SC;
- b) Em 23/04/2024 ocorreu em Assembleia Geral de Credores a rejeição do referido PRJ, conforme Ata anexada no mov. 485 dos autos de Recuperação Judicial e a aprovação para apresentação de PRJ pelos credores no prazo de 30 (trinta) dias;
- c) O presente PRJ Alternativo deverá ser apresentado pelos credores no prazo de 30 (trinta) dias contados da realização da AGC que rejeitou o PRJ da devedora, nos termos do art. 56, § 4º da Lei 11.101/2005, finalizando, portanto, em 23/05/2024;
- d) Para elaboração do presente PRJ Alternativo apresentado pelos credores, utilizaram-se o Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira (Anexo I) ao PRJ primitivo e demais informações apresentadas pela Recuperanda e subscritas

por seu profissional contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, devidamente anexadas ao Evento 219.

RESOLVEM, portanto, os credores, com fundamento nas Cláusulas 9.2, 9.4 e 12.3 do PRJ Rejeitado e com a inclusão de nova cláusula acerca dos créditos expressos em moeda estrangeira, aditar o PRJ Rejeitado, o que faz nos seguintes termos e condições abaixo.

1. Da Modificação ao PRJ Rejeitado

1.1. Proposta de pagamento dos credores com garantia real e quirografários

O presente PRJ Alternativo, altera a Cláusula 9.2 do PRJ Rejeitado, a qual passa a vigorar com a redação a seguir, tendo prevalência sobre o texto anterior:

“9.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDITORES COM GARANTIA REAL E QUIROGRAFARIOS (Classes II e III)

Os créditos com garantia real e quirografários sofrerão deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apresentado pela Recuperanda. Os valores remanescentes apurados serão pagos em 5 (cinco) parcelas anuais, contados a partir da data de aprovação do plano na AGC e após a homologação do plano pelo poder judiciário, conforme detalhado:

- a) Primeira parcela: o pagamento da primeira parcela se dará 12 (doze) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação a proporção de 20% (vinte por cento).
- b) Segunda: o pagamento da segunda parcela se dará 24 (vinte e quatro) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 20% (vinte por cento).
- c) Terceira: o pagamento da terceira parcela se dará 36 (trinta e seis) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 20% (vinte por cento).
- d) Quarta: o pagamento da quarta parcela se dará 48 (quarenta e oito) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 20% (vinte por cento).
- e) Quinta: o pagamento da quinta parcela se dará 60 (sessenta) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 20% (vinte por cento).”

1.2. Atualização monetária e juros

O PRJ Alternativo também altera a Cláusula 9.4 do PRJ Rejeitado no tocante à taxa de juros, passando a vigorar com a seguinte redação:

“9.4 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

Os créditos sujeitos aos efeitos de recuperação judicial, inclusive as trabalhistas, serão atualizados e remunerados por taxa de juros pré-fixados de 13% (treze por cento) ao ano. A incidência terá envio a partir da data da homologação do plano, tomando como base o valor calculado com os deságios fixados.”

1.3. Créditos em moeda estrangeira

O PRJ Alternativo propõe a inclusão da Cláusula 9.6, de forma a regulamentar o pagamento de créditos estrangeiros nos seguintes termos:

“9.6. PAGAMENTO DE CRÉDITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

O pagamento dos créditos abrangidos pela recuperação judicial e expressos em moeda estrangeira deverá ser realizado mediante a conversão em Reais de acordo com a Taxa de Câmbio (conforme definido a seguir) correspondente da véspera do efetivo pagamento. “Taxa de Câmbio” significa o fator conversão da cotação de fechamento de venda da respectiva moeda, disponível na página do Banco Central do Brasil na rede mundial de computadores (<https://www.bcb.gov.br/>), com 4 (quatro) casas decimais.”

1.4. Garantias pessoais

Por fim, o PRJ Alternativo determina a alteração da Cláusula 12.3, que passará a vigorar de acordo com a seguinte nova redação:

“12.3 GARANTIAS PESSOAIS

Fica expressamente estabelecido que serão mantidas as obrigações solidárias, acessórias e quaisquer outras garantias, inclusive aval ou fiança prestadas por pessoas naturais, observado o disposto no art. 56, § 6º, V, da Lei nº 11.101/2005. .”

2. Considerações Finais

O presente Plano de Recuperação Judicial Alternativo, como já consignado, modifica e inclui, apenas, os dispositivos e respectivos termos e disposições que expressamente aborda, sendo certo que todas as demais disposições, termos e condições do PRJ Rejeitado (Evento 219) permanecem hígidas, plenamente válidas, vigentes e vinculantes nos exatos termos e condições em que foram aprovadas e judicialmente homologadas.

Ainda, em caso de ocorrência de conflito entre a disposição alterada por esta Proposta e as disposições no PRJ Rejeitado, prevalecerá a disposição deste PRJ Alternativo.

Por fim, conforme Ata e Laudo de Votação de Credores apresentado pela Administradora Judicial no Evento 485, os credores que abaixo subscrevem que representam mais de 35% (trinta e cinco) por cento dos créditos presentes à Assembleia Geral de Credores que aprovou a apresentação do presente Plano de Recuperação Judicial alternativo.

Curitiba/PR, 23 de maio de 2024.

Luciano Vernalha Guimarães

OAB/PR 40.919

Representante de TRESEUS INTERNACIONAL S.L. e BRIGHTEN STAR FZE

C.I.F. b73837262,

Juliana Cristina Martinelli Raimundi

OAB/SC 15.909

Representante de Coonagro Cooperativa Nacional Agroindustrial